



**Câmara Municipal de Manaus**  
**Diretoria Legislativa**

**PROJETO DE LEI N. 209/2019**

**AUTORIA:** Ver. Prof. Gedeão Amorim

**EMENTA:** ESTABELECE diretrizes para a Política Municipal de Prevenção à Corrupção nas Contratações Públicas.

**TRAMITAÇÃO**

**DELIBERAÇÃO:** 14 / 10 / 2019

**SITUAÇÃO:**

**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

Em: 15 / 10 / 2019

Prazo: 22 / 10 / 2019

**NA 2ª CCJR**

RELATOR: Ver. Wallace Oliveira

Em: 11 / 11 / 2019

Prazo: 18 / 11 / 2019



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**

CÂMARA  
ISO 9001



**GABINETE DO VEREADOR PROFESSOR GEDEÃO**

**PROJETO DE LEI N. 209/ 2019**

**ESTABELECE** diretrizes para a Política Municipal de Prevenção à Corrupção nas Contratações Públicas.

Art. 1º. A Política Municipal de Prevenção à Corrupção nas Contratações Públicas fundamenta-se na padronização, automatização, integração e intercâmbio de informações sobre contratações públicas e a disponibilização destas pela transparência ativa, fomentando o controle social, pela possibilidade de identificação, avaliação e comparabilidade das contratações públicas no município de Manaus.

Parágrafo único. A Política Municipal de Prevenção à Corrupção nas Contratações Públicas se instrumentaliza por meio do Portal da Prefeitura de Manaus e, a depender do caso, pela simplificação da habilitação dos fornecedores ao governo por meio de certificado único, pelo fornecimento de um catálogo unificado que possibilite a avaliação e racionalização das compras públicas e pelo estímulo à profissionalização, tendo como princípios básicos a integração das experiências locais e a transparência como fomento à participação e ao controle.

Art. 2º. Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos e entidades do município de Manaus, bem como por entidades do terceiro setor que recebam recursos públicos, na aquisição de bens e contratação de serviços.

§1º. Toda compra pública deverá, obrigatoriamente, ser divulgada no Portal da Prefeitura de Manaus.

§2º. Entende-se por compra pública toda e qualquer transação de aquisição de bens ou contratação de serviços, inclusive obras, realizada por entidade integrante da Administração Pública.





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**



§3º. Um regulamento tratará da operacionalização do Portal da Prefeitura de Manaus.

§4º. A divulgação de que trata o §1º deste artigo refere-se aos dados necessários à participação de potenciais interessados no certame, edital, fornecedor contratado, objeto, preço, atas de registro de preço, condições e outros elementos definidos em regulamento, bem como informações que permitam o controle social, por parte da solução, em especial quanto à razoabilidade dos preços praticados e à pertinência das despesas à luz da natureza do órgão ou entidade.

§5º. O Portal da Prefeitura de Manaus oferecerá livre e imediato acesso ao seu acervo em formato de dados abertos.

§6º. As Notas Fiscais e suas respectivas notas de empenho que tenham como destinatária entidade da Administração Pública ou se refiram a transações realizadas com recursos públicos serão de livre acesso a qualquer cidadão, não constituindo violação de sigilo, e serão divulgadas no Portal da Prefeitura de Manaus.

Art. 3º. Fica fornecido o Catálogo Municipal de Compras Públicas, mantido e coordenado pelo Poder Executivo, a ser utilizado obrigatoriamente em todos os sistemas de processamento de compras, contratos e pagamentos da Administração Pública, integrado aos sistemas de emissão e controle de Notas Fiscais Eletrônicas, com a finalidade de buscar aumentar a padronização das compras públicas, como instrumento de fomento à transparência, à economicidade e à qualidade dos insumos adquiridos.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor 01 (um) ano após a data da sua publicação.

Plenário Adriano Jorge, 09 de junho de 2019.

**Professor Gedeão Amorim**  
Vereador – MDB







CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**



ISO 9001



## JUSTIFICATIVA

### Índice de Percepção da Corrupção (IPC)

O Índice de Percepção da Corrupção é calculado a partir de 13 fontes de dados diferentes, de 12 instituições, que estimam as percepções de profissionais do mercado e especialistas sobre a corrupção no setor público.

O relatório aponta a relação entre democracia e corrupção. A Transparência Internacional concluiu que, quanto mais democrático um país, menor a percepção de corrupção em seu território.

### Percepção da Corrupção no Brasil 2017

O Brasil apresentou queda de 17 posições no Índice de Percepção da Corrupção (IPC), o índice mais utilizado no mundo. O país passou a ocupar a 96ª colocação no ranking global em 2017, contra a posição de número 79 da pesquisa anterior. O índice brasileiro declinou três pontos, de 40 para 37, numa escala que vai de 0 a 100, em que zero significa alta percepção de corrupção e 100, elevada percepção de integridade. O índice foi divulgado pelo Transparência Internacional, principal organização dedicada à luta contra a corrupção no mundo. Nessa pesquisa, o país está empatado com a Colômbia, Indonésia, o Panamá, Peru, a Tailândia e Zâmbia, e fica atrás de países como o Timor Leste, Sri Lanka, Burkina Faso, Ruanda e Arábia Saudita. No tocante à posição relativa no ranking, apenas a Libéria e o Bahrein mostraram recuo maior que o do Brasil, de 32 e 33 posições, respectivamente.

Desde 2014, o IPC brasileiro vem caindo. A nota do país caiu seis pontos nesse período e sua posição saiu de 69º para 96º. O país também deteriorou sua posição relativa a outras nações em desenvolvimento, como, por exemplo, o grupo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), entre os quais figurou nessa pesquisa à frente apenas da Rússia, que alcançou 29 pontos.



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**



## **Percepção da Corrupção no Brasil 2018**

A percepção da corrupção aumentou no Brasil em 2018. Segundo dados da Transparência Internacional, o país alcançou a pior nota, desde 2012, no Índice de Percepção da Corrupção produzido pela própria entidade.

Ao todo, o Brasil caiu nove posições e agora ocupa a 105ª colocação em um conjunto de 180 países analisados. Em 2017, a nota brasileira foi de 37 pontos, este índice caiu para 35 no ano passado. A escala vai de zero a cem e quanto menor o valor, maior a percepção de corrupção.

Na 105ª, o Brasil ficou ao lado de países como Argélia, Armênia, Costa do Marfim, Egito, El Salvador, Peru, Timor Leste e Zâmbia. A Dinamarca ficou na primeira colocação.

## **No Brasil 65% dos servidores expulsos em 2018 foram por corrupção**

O combate à impunidade, uma das diretrizes da Controladoria Geral da União, resultou, em 2018, na punição de 643 agentes públicos por atividades contrárias à Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores). Foram 516 demissões de funcionários efetivos; 89 cassações de aposentadorias; e 38 destituições de ocupantes de cargos em comissão. Os dados fazem parte de relatório divulgado no dia 28/01/2019, pela Controladoria Geral da União

## **A Lei da Transparência**

A Lei da Transparência (LC 131/2009) foi criada para divulgar em tempo real a receita e despesa de toda entidade pública (com o prazo máximo de 24h), em um site na internet. Mas só isso não basta, é necessário seguir algumas exigências técnicas que permitirão verificar se tais informações estão corretas perante as fiscalizações do Ministério Público, tais como:



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**



## **I. quanto às despesas:**

- o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;
- o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo;
- o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso.

## **II. quanto à receita**

Devem-se publicar os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas à previsão;

- lançamento, quando for o caso;
- arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

## **A Lei de Acesso à Informação**

A Lei de Acesso à Informação diz respeito às informações públicas e permite a qualquer pessoa que esteja interessada solicitar documentos ao órgão público fazendo o pedido sem qualquer justificativa. Isso significa que toda prefeitura precisa ter em seu site um link que direcione o usuário a uma página onde ele poderá fazer suas solicitações.





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**



Além disso, o site deve compreender uma página com o mínimo de conteúdo obrigatório disponibilizado e exigido por lei, ou seja:

- **Institucional:** Nesta seção devem ser divulgadas informações institucionais e organizacionais da Prefeitura. São obrigatórias as informações de funções, competências, estrutura organizacional, telefone e e-mail para contato e horários de atendimento.
- **Convênios:** Nesta seção devem ser divulgadas informações sobre os repasses e transferências de recursos financeiros efetuados pela Prefeitura.
- **Despesas:** Nesta seção devem ser divulgadas informações sobre a execução orçamentária e financeira detalhada da Prefeitura.
- **Licitações e Contratos:** Nesta seção devem ser divulgadas as licitações e contratos realizados pela Prefeitura.
- **Ações e Programas:** Nesta seção devem ser divulgadas as informações pertinentes aos programas, ações, projetos e atividades implementadas pela Prefeitura.
- **Perguntas Frequentes:** Nesta seção devem ser divulgadas as perguntas frequentes sobre a Prefeitura e ações no âmbito de sua competência.

## **Dos Fundamentos e da Conclusão**

O presente Projeto de Lei tem como finalidade prevenir a prática de atos lesivos ao patrimônio e ao erário através da implantação de uma política de transparência da informação, fortalecimento e qualificação do controle social, garantia da isonomia, economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na transparência na gestão do Poder Público Municipal.

A] proposta estabelece diversas diretrizes de controle dos gastos públicos, encontrando fundamento na gestão democrática da cidade, prevista, de modo expresso, como diretriz da política urbana no Estatuto da Cidade - Lei nº 10.257/01



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**



(art. 2º, II).

As diretrizes desse Projeto de Lei são fundamentais para a instrumentalização em forma de lei da solidificação da cultura de combate à corrupção.

Além disso, deve ser registrado que a publicidade e a transparência, fim último da presente proposta, são princípios que devem reger a atuação da Administração Pública como um todo, consoante determinam a Constituição Federal (art. 37, caput).

Em face do exposto, solicitamos a colaboração dos pares para a aprovação da presente propositura de relevante interesse público.

Plenário Adriano Jorge, 09 de junho de 2019.

**Professor Gedeão Amorim**  
Vereador – MDB



**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

PROPOSITURA

PL

Nº

2091/2019

FLS Nº

ASSINATURA

Waliske

**PROJETO DE LEI Nº 209/2019**

**PROPOSITURA: 2019.10000.10300.5.002013**

**AUTORIA: VEREADOR GEDEÃO AMORIM**

**EMENTA: ESTABELECE diretrizes para a Política Municipal de Prevenção à Corrupção nas Contratações Públicas.**

**Ementa: ESTABELECE diretrizes para a Política Municipal de Prevenção à Corrupção nas Contratações Públicas. Atribuição Privativa do Chefe do Poder Executivo do Município. Ilegalidade. Contradição ao art. 59 da LOMAN.**

O Presente Projeto de Lei estabelece sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos e entidades do município de Manaus, bem como por entidades do terceiro setor que recebam recursos públicos, na aquisição de bens e contratação de serviços.

Toda compra pública deverá, obrigatoriamente, ser divulgada no Portal da Prefeitura de Manaus.

O Portal da Prefeitura de Manaus oferecerá livre e imediato acesso ao seu acervo em formato de dados abertos.

As Notas Fiscais e suas respectivas notas de empenho que tenham como destinatária entidade da Administração Pública ou se refiram a transações realizadas com recursos públicos serão de livre acesso a qualquer cidadão, não constituindo violação de sigilo, e serão divulgadas no Portal da Prefeitura de Manaus.

Fica fornecido o Catálogo Municipal de Compras Públicas, mantido e coordenado pelo Poder Executivo, a ser utilizado obrigatoriamente em todos os sistemas de processamento de compras, contratos e pagamentos da Administração Pública, integrado aos sistemas de emissão e controle de Notas Fiscais Eletrônicas, com a finalidade de buscar aumentar a padronização das compras públicas, como instrumento de fomento à transparência, à economicidade e à qualidade dos insumos adquiridos.

Esta Lei entra em vigor em uma ano após a data de sua publicação.



**PROCURADORIA LEGISLATIVA** FLS Nº \_\_\_\_\_

ASSINATURA Walister

Em justificativa o nobre Vereador aduz que o presente Projeto de Lei tem como finalidade prevenir a prática de atos lesivos ao patrimônio e ao erário através da implantação de uma política de transparência da informação, fortalecimento e qualificação do controle social, garantia da isonomia, economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na transparência na gestão do Poder Público Municipal.

É o que tinha, em suma, a relatar,

Passo a opinar.

A proposição, embora tenha um objetivo louvável e importante nos dias de hoje, cria obrigações à Órgãos do Poder Executivo, através de suas Secretarias e entidades em geral.

Não é possível que um Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo crie obrigação para o Poder Executivo.

Art. 59- LOMAN. “Compete, privativamente, ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

IV – criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta, indireta e fundacional do município.

Analisando detidamente o presente PL, depreende-se que o mesmo impõe uma série de ações do Poder Público municipal para a sua consecução.





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**

CMM/DL/DIAC/DECOM

PROPOSITURA

PL

Nº 209/2019 ISO 9001

FLS Nº

ASSINATURA *Walnka*

## PROCURADORIA LEGISLATIVA

Assim resta inviabilizado o presente Projeto de Lei por razões jurídicas apontadas.

Deixando de analisar o mérito e sob a ótica constitucional e legal, sugiro ao Exmo. Vereador Relator que se manifeste desfavorável à tramitação do presente projeto de lei, eis que está expressamente em desacordo com a Lei Orgânica do município de Manaus.

Manaus, 22 de outubro de 2019.

**Priscilla Botelho S. de Miranda**

**Procuradora da CMM**







## CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS

### ASSINATURAS DIGITAIS

CMM/DL/DIAC/DECOM

PROPOSITURA PL

Nº 209/2019

FLS Nº \_\_\_\_\_

ASSINATURA Waluska

PRISCILLA BOTELHO DE SOUZA DE MIRANDA - PROCURADOR - 648.292.272-49 EM 22/10/2019 08:50:52





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**

**PROCURADORIA  
GERAL**

CMM/DL/DIAC/DECOM

PROPOSITURA PL

Nº 209/2019

FLS Nº ISO 9001

ASSINATURA Wdlvsk

PROJETO DE LEI Nº 209/2019

PROPOSITURA: 2019.10000.10300.5.002013

AUTORIA: VEREADOR GEDEÃO AMORIM

EMENTA: ESTABELECE diretrizes para a Política Municipal de Prevenção à Corrupção nas Contratações Públicas.

**DESPACHO**

Acolho, por suas jurídicas razões, o bem lançado pronunciamento da ilustre Procuradora **Dr<sup>a</sup>. PRISCILLA BOTELHO SOUZA DE MIRANDA**, com base nos seus jurídicos fundamentos.

Sendo este o entendimento desta Procuradoria.

**PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL**, em Manaus, 22 de outubro de 2019.

**ROBERTO TATSUO NAKAJIMA FERNANDES NETO**

*Procurador Geral da Câmara Municipal de Manaus*



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**

CMM/DL/DIAC/DECOM

PROPOSITURA

PL

Nº

209/2019

FLS Nº

ASSINATURA

CÂMARA  
ISO 9001

Manaus

GABINETE DO VEREADOR WALLACE OLIVEIRA – PODEMOS.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO – CCJR.

### PARECER

**Projeto de Lei No. 209 / 2019.**

Autoria: Vereador **Professor GEDEÃO AMORIM.**

Ementa: **ESTABELECE** diretrizes para a Política Municipal de Prevenção á **Corrupção nas Contratações Públicas.** .

### I – Relatório

Submete - se ao exame desta Comissão, de iniciativa do Vereador Professor GEDEÃO AMORIM, Projeto de Lei No. 209 / 2019, que " ESTABELECE diretrizes para a Política Municipal de Prevenção á Corrupção nas Contratações Públicas. .

Nos termos do art.38, inciso III, do Regimento Interno desta Augusta Casa, cabe a esta Comissão a análise e emissão de parecer sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico e da técnica legislativa do projeto de lei.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei.

É o Relatório.





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**

CMM/DL/DIAC/DECOM

PROPOSITURA

Nº

FLS Nº

ASSINATURA

CÂMARA  
ISO 9001

**GABINETE DO VEREADOR WALLACE OLIVEIRA - PODEMOS.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO – CCJR**

## **II – Fundamentação**

Vem ao exame para esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR, a análise do projeto de lei, em tela, para analisar a legalidade e constitucionalidade dos constantes nos artigos 8º. e 58º. da Lei Orgânica do Município de Manaus – LOMAM, que está sob análise nesse primeiro momento, constantes no PL no.209/2019, que de fato permite ao legislador, apresenta - lo, se não vejamos:

“Art. 8º. – Compete ao Município:

I – legislar sobre assuntos de interesse local; e

Art.58º. iniciativa de leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos em lei”.

No entanto, o legislador e autor ao apresentar o Projeto de Lei, em tela, cria obrigações vindo a esbarrar numa competência privativa e exclusiva do Prefeito Municipal, sobre o assunto, conforme os constantes no inciso IV, art.59º, se não vejamos:

**“Art.59 – Compete, privativamente, ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:**

**IV – criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração direta, indireta e fundacional do Município”. (grifo nosso).**

Louvável e meritória a iniciativa do autor, no entanto o PL 209/2019, em análise nesta CCJR, da forma apresentada, fere ainda o art.59º da LOMAM, uma vez que estabelece diretrizes e atribuições, cuja competência é privativa do Poder Executivo, ferindo ainda, o artigo 14º da mesma Lei Orgânica do Município - LOMAM, que diz:

**“Art.14: O Governo Municipal é constituído pelos Poderes Legislativo e Executivo, independentes e harmônicos entre si.”**

Portanto, seria de bom termo, o autor, apresenta - lo como “Indicação”, e que da forma como foi apresentado, tornou - se ilegal e inconstitucional, de acordo com os constantes nos artigos 59º e 14º da LOMAM, cujo teor da matéria sobre o assunto, é de competência privativa do Prefeito Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**

CMM/DL/DIAC/DECCM

PROPOSITURA

Nº

FLS Nº

ASSINATURA

CÂMARA  
ISO 9001

**GABINETE DO VEREADOR WALLACE OLIVEIRA - PODEMOS**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO - CCJR.**

**III – Voto**

Em vista de todo o exposto, somos de parecer “**Contrário**”, pelo prosseguimento e tramitação do Projeto de Lei Nº209/2019, de autoria do senhor Vereador Professor Gedeão Amorim.

Câmara Municipal de Manaus, Sala de Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR, 10 de março de 2020.

  
Vereador **Wallace Oliveira** – PODE  
Relator

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARACÁ**  
**DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES**

**RECEBIDO**

EM: 11 / 03 / 2020

ASS